

A CIDADE DO MEDO: SEGREGAÇÃO, VIOLÊNCIA E SOCIABILIDADE URBANA EM SALVADOR

The city of fear: segregation, violence and urban sociability in Salvador

Resumo

Este Artigo discute os sentimentos de medo e insegurança que têm tomado conta dos grandes centros urbanos brasileiros. Através do estudo de caso da cidade do Salvador, analisa os determinantes sociais do medo contemporâneo, suas principais características e suas consequências para a vida urbana. O medo urbano, que afeta as cidades contemporâneas, é uma mescla de violência real com imaginários sociais, engendrados por diversos atores, como os meios de comunicação e o capital do medo que tem, na segurança privada e na oferta de enclaves fortificados, seus principais produtos. A proliferação dos referidos sentimentos têm contribuído para a transformação urbana das cidades, fazendo emergir um novo panorama espacial, marcado pelos processos de segregação e privatização urbana, novas formas de sociabilidade, notadamente aquelas pautadas em estratégias de evitação e preconceitos para com outros sujeitos urbanos e os grupos considerados perigosos e indesejáveis, e também uma militarização da questão urbana, com a emergência de discursos que defendem uma guerra contra o crime. A cidade do Salvador, assim como outros grandes centros brasileiros, se vê às voltas com essas características: medo, privatização, segregação e a transformação dos padrões de circulação pela cidade e das interações urbanas. Nesse sentido, o Artigo conclui como essas tendências se opõem aos ideais de urbanidade e civilidade que têm sido, tradicionalmente, associados ao próprio conceito de cidade.

Palavras-chave: Medo. Segregação. Violência. Enclaves fortificados. Espaço público – Salvador.

Rafael de Aguiar Arantes

Sociólogo, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, com estágio de doutoramento no Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales da Universidad Católica de Chile.

Email:

rafaelarantes13@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este Artigo discute os sentimentos de medo e insegurança que se têm tornado cada vez mais comuns entre a população dos centros urbanos brasileiros. A emergência de tais sentimentos está vinculada a um conjunto de transformações sociais e urbanas, como o crescimento dos índices de violência, o tráfico de drogas, a prevalência de altos índices de desigualdades sociais, a segregação socioespacial, entre outros aspectos, como o surgimento de uma espécie de “capital do medo” (BAUMAN, 2009, p. 55) –, que se utiliza dos imaginários e representações sociais para ofertar um conjunto de produtos como segurança

privada e enclaves fortificados. Essa realidade tem produzido impactos importantes sobre a vida urbana, como a ampliação da autossegregação residencial, principalmente entre os grupos de média e alta renda, a evitação de certos espaços, a desconfiança e o receio em relação aos outros sujeitos urbanos, além da reafirmação de discursos belicistas que propõem uma guerra contra o crime. Esses processos destroem a confiança e formas de solidariedade e sociabilidade tradicionais, reafirmam preconceitos e estereótipos e contribuem para a configuração de um panorama socioespacial caracterizado por uma privatização urbana, engendrando uma ampliação das desigualdades socioespaciais.

Segundo dados das Nações Unidas (2010 apud DAMMERT, 2013, p. 390), de fato, a América Latina e o Caribe concentram a segunda maior proporção de homicídios do mundo. O medo urbano tem, portanto, um componente objetivo, relacionado ao crescimento da criminalidade violenta. Segundo Dammert (2013), as cidades latino-americanas se tornaram espaços da insegurança. Não obstante, como sustenta Amendola (2000), o medo tem-se configurado como o principal organizador das cidades contemporâneas não apenas em países com altos índices de violência, pois ele é uma mescla de violência real com imaginário social, que é amplificado por um conjunto de atores sociais, como os meios de comunicação por exemplo. Considerando essa complexa relação entre realidade objetiva e imaginário social, Briceño-Leon (2007, p. 542, livre tradução) se questiona: “O que aconteceu para que as cidades da América Latina, lugar de sonhos e esperanças, se convertessem em uma ameaça para a maioria dos seus habitantes? ”

Considerando esse questionamento, o presente trabalho analisa o caso da cidade do Salvador. Através de revisão da literatura, observações diretas, análise de jornais locais e dados de pesquisas que temos realizado nessa cidade¹, o trabalho discute os determinantes sociais do medo contemporâneo, suas principais características e suas consequências para a vida urbana.

VIOLÊNCIA, CAPITAL DO MEDO E PRIVATIZAÇÃO URBANA

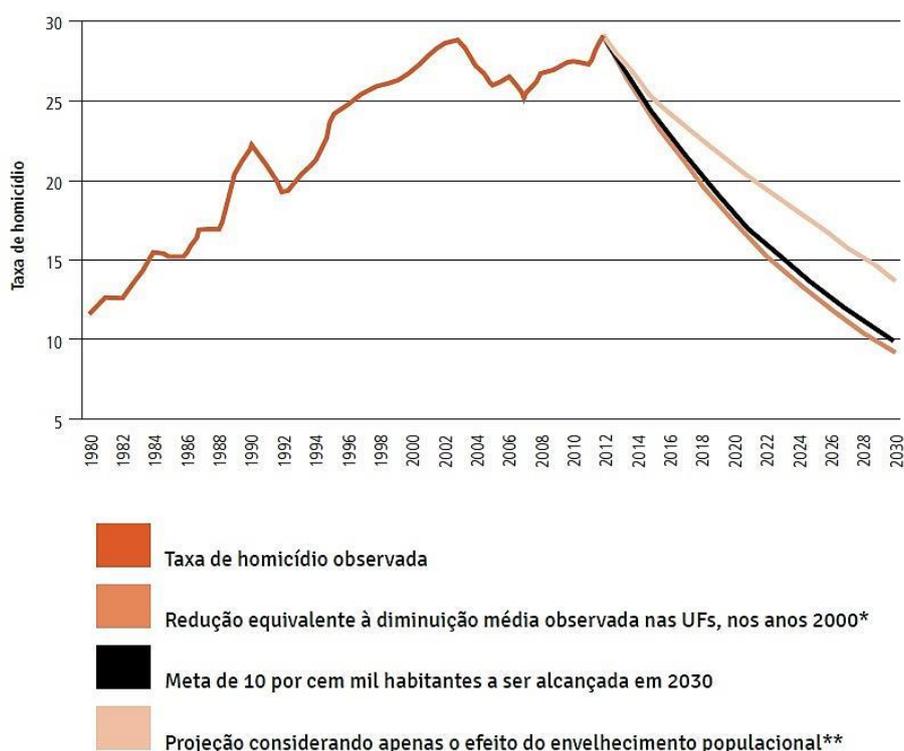
As transformações ocorridas na economia mundial nas últimas décadas – globalização, reestruturação produtiva e o neoliberalismo – impactaram fortemente sobre a

¹ Em 2011 defendemos como dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA (PPGCS) o trabalho “Fugindo dos males da cidade: os condomínios fechados na Grande Salvador” e atualmente estamos estudando, para a tese de doutorado, a dinâmica de apropriação dos espaços públicos da cidade e as características da sociabilidade urbana em Salvador.

estrutura das grandes cidades mundiais, entre elas as brasileiras. Os ajustes neoliberais dos anos 90 contribuíram para a configuração de importantes crises, que foram marcadas pelo aumento do desemprego, da pobreza, da vulnerabilidade social e, principalmente, da violência urbana. Em termos espaciais, esses processos engendraram uma verdadeira metamorfose urbana (MATTOS, 2010), que estiveram associadas às mudanças nos papéis de planejamento do Estado e na força do mercado imobiliário na gestão do desenvolvimento urbano.

Segundo Briceño-Leon (2007), as cidades na América Latina, que, entre os anos de 1940-1970, representavam um lugar de esperança, de busca de segurança e direitos, têm visto suas taxas de violência aumentar e quase dobrar desde os anos 80. Esses processos se aprofundaram com as crises dos anos 90. Os países da América Latina têm algumas das mais altas taxas de homicídio no mundo, ainda que os níveis variem entre eles. Segundo o autor, é possível identificar quatro grupos de países no que se refere a essa questão, aqueles em que há baixas taxas de violência (Chile, Argentina, Uruguai, Costa Rica e Paraguai), aqueles em que há taxas médias (Peru, Equador, Nicarágua e República Dominicana), taxas altas (Brasil, México e Venezuela) e muito altas (Colômbia e El Salvador). As causas variam em função de diversos elementos, mas o autor considera que, como associação relevante, os países que têm as maiores taxas, com exceção daqueles com conflitos militares, são aqueles caracterizados por altos índices de pobreza e de urbanização.

No Brasil, especificamente, a nova fase de modernização capitalista teve impactos consideráveis sobre a vulnerabilidade social urbana. O tráfico territorializado de drogas avançou, criando localidades praticamente fora do controle do Estado. O aumento das desigualdades sociais configurou uma crise de grande envergadura que contribuiu para a deteriorização das relações de sociabilidade e de confiança, ampliando a segregação e o medo. O Gráfico 1, mais abaixo, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apresenta a evolução das Taxas de Homicídio Doloso no Brasil desde os anos 80 e a meta definida pelo Fórum Brasileiro de Segurança para alcançar o valor considerado aceitável de 10 homicídios por um grupo de 100 mil habitantes até 2030.

Gráfico 1: Taxas de homicídio e meta de diminuição até 2030¹

Fonte: SIM/DASIS/SVS/MS. Elaboração IPEA/DIEST. (CERQUEIRA; MOURA, 2014 apud CERQUEIRA et al., 2015, p. 129).

Conforme se pode observar, ao longo dos últimos 30 anos as taxas de homicídios se ampliaram consideravelmente no país, ainda que este não seja o único indicador ou a única expressão da violência que marca as cidades brasileiras. Como assinala Silva (2009, p. 15), a percepção das transformações ocorridas na sociedade brasileira deu origem a uma representação coletiva sobre a “violência urbana” que se fundamenta em um núcleo básico: um sentimento de “insegurança existencial” ocasionado pela quebra das práticas e rotinas cotidianas motivada pelas ações criminosas que ameaçam a integridade física e a garantia patrimonial. Para ele, a atual realidade não é simplesmente um desvio da ordem institucional-legal, o que representaria suas dificuldades de legitimidade, mas é produzida por uma nova forma de sociabilidade, a sociabilidade violenta, um modelo de relação social no qual a força deixa de ser um meio de obtenção de interesses e passa a ser o princípio coordenador das próprias ações.

O crescimento da criminalidade violenta no Brasil e nos demais países latino-americanas tem gerado uma ampliação dos sentimentos de medo e insegurança. A

¹ Refere-se à média da variação das taxas de homicídio naquelas UFs que tiveram redução nos anos 2000.

sociabilidade violenta está presente no cotidiano da população, especialmente nos grandes centros. No entanto, segundo Briceño-Leon (2007), tais sentimentos se distribuem mais igualitariamente entre as pessoas do que a insegurança real da população, em função da agência dos meios de comunicação e dos rumores sobre casos reais de violência. Isso faz com que subjetivamente a sensação de medo se manifeste de maneira similar entre grupos vitimizados e não vitimizados. Segundo Amendola (2007, destaques nossos), a violência está relacionada ao crescimento do medo e da constituição de “cidades blindadas”, bolhas protegidas criadas pelos cidadãos não apenas nas suas casas, mas na sua vida em geral. No entanto, segundo esse autor, mais do que a violência, um dos principais elementos organizadores da cidade dita “pós-moderna” é o medo da violência.

Para Souza (2008), o aumento da criminalidade violenta no Brasil urbano se dá de forma segmentada no tecido metropolitano, conformando uma “geografia do crime”. Segundo o autor, os crimes de homicídio, por exemplo, ainda ocorrem fundamentalmente nos bairros populares, enquanto os bairros mais elitizados lideram principalmente os índices de furtos e roubos. Contudo, o que mais interfere na organização do tecido socioespacial nas cidades brasileiras hoje é a “geografia do medo”, que não é exatamente igual à geografia do crime. O medo generalizado, por vezes descolado de experiências reais, estimulados pela abordagem sensacionalista e policialesca dos grandes meios de comunicação passou a influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação no espaço, o *habitat* e as formas espaciais fazendo surgir nas cidades brasileiras o que ele chamou de “militarização do cotidiano” ou, mais precisamente, uma “militarização da questão urbana”, conformando o que denominou de “fobópole” (título do seu livro), a cidade do medo.

O medo, assim, assume certa autonomia frente à violência real. Segundo Dammert (2013, p. 387), o caso de Santiago do Chile é paradigmático nesse aspecto, pois, ainda que seja uma das cidades mais seguras da América Latina, sua população vive temerosa. A autora identificou que os moradores de Santiago se sentem estranhos aos demais cidadãos, especialmente devido à fragmentação territorial que “quebra” os vínculos e o sentimento de pertencimento; também se sentem estranhos aos espaços públicos da cidade, que passam a ser temidos, abandonados e privatizados. Isso tem gerado mudanças nas suas práticas. Segundo a autora, duas tendências são transversais aos diversos grupos socioeconômicos, de geração e de gênero: o reconhecimento dos espaços públicos como perigosos e a preferência pela utilização dos espaços privados.

Em livro denominado “Confiança e medo na cidade”, Bauman (2009) analisa as características do medo contemporâneo. Nas cidades europeias e estadunidenses, o medo se corporifica nos estrangeiros e na *underclass*, termo pejorativo criado nos EUA para denominar os grupos sociais considerados perigosos, notoriamente os grupos sociais mais vulneráveis: moradores dos guetos, negros, párias urbanas, mendigos, sem-tetos, entre outros.

Para este autor, as cidades que, paradoxalmente, surgiram para dar segurança a seus habitantes são atualmente associadas ao perigo. Essas reais ou supostas ameaças à integridade têm engendrado estratégias de *marketing* que se fundamentam no que chamou de “capital do medo”. Para o autor, a segurança pessoal se tornou o principal argumento de venda de qualquer estratégia de marketing. A exposição midiática das ameaças à segurança se tornou um elemento na guerra pelos índices de audiência nos meios de comunicação e uma arquitetura do medo se afirmou como o principal elemento atual dos produtos imobiliários.

O medo e a insegurança têm produzido impactos na vida urbana contribuindo para o surgimento de um novo panorama socioespacial e novas formas de sociabilidade. Ao passo que as cidades se tornam espaços de insegurança, amplia-se a fragmentação urbana e se aprofunda um modelo de separação em que os espaços de anonimato e temor se tornam mais frequentes que aqueles dedicados às trocas e às diferenças (DAMMERT, 2013). Para essa autora, a cidade como espaço de interação e celebração das diferenças está sendo premida por ameaças que desconstróem essa ideia. Segundo Briceño-Leon (2007, p. 570, tradução nossa)

O medo de ser vítima da violência produz diversos tipos de resposta na sociedade, por uma parte há um incremento da defesa privada e por outro uma exigência de maior ofensiva pública frente ao delito. O incremento da busca de defesa procura diminuir a exposição ao risco dos indivíduos, quer dizer, de criar condições para não ser vítima, e isso se alcança inibindo as saídas ou restringindo os movimentos em certas áreas da cidade ou a certas horas, incrementando a segurança nas próprias casas, construindo espaços públicos privatizados, ampliando a proteção privada. A demanda de maior ofensiva contra os atores violentos (“guerra ao crime” como foi chamada em muitos lugares) pede maior presença policial nas ruas e espaços públicos, maior repressão por parte da polícia dos delinquentes, inclusive lhe dá apoio às ações extrajudiciais (prisões sem ordem judicial, torturas ou grupos de extermínio) e um incremento em severidade às penas [...].

Uma das estratégias cada vez mais colocadas em prática em nome da segurança é a autossegregação levada a cabo através dos enclaves fortificados. Conforme definiu Tereza Caldeira (2000, p. 211) em seu livro “Cidade de muros”, enclaves fortificados são empreendimentos imobiliários que se conformam como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho”. Tendo como uma de suas principais características a fortificação, esses enclaves constituem uma das mais recentes (e extremadas) estratégias de segregação, à medida que valorizam o que é privado e restrito; são demarcados

e isolados fisicamente por muros e grades; são controlados, muitas vezes, por guardas armados e avançados sistemas de segurança, que definem as regras de inclusão e exclusão; embora possam situar-se em qualquer lugar, impõem uma barreira física e simbólica de apartação em relação ao seu entorno; e, ademais, incentivam a homogeneidade social, valorizando a vivência entre iguais e pessoas seletas (CALDEIRA, 2000).

A proliferação de enclaves fortificados é uma das transformações mais relevantes e visíveis das grandes cidades em uma escala mundial. Cada vez mais se amplia a demanda pela vida fortificada, por “zonas de segurança” ou “vales do medo”, como destacaram Blakely e Snider (1997), ou seja, uma busca por segurança e proteção, seja dos crimes, dos pobres, dos grupos indesejáveis ou mesmo uma busca de proteção de privilégios e de propriedades, conforme salientou Caldeira (2000). Analisando a cidade de Los Angeles, Mike Davis (2009, p. 236) critica a “fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único esforço abrangente de segurança” e adverte para o “efeito fortaleza” que “emerge não como uma inadvertida falha do planejamento, mas como uma estratégia socioespacial deliberada” (DAVIS, 2009, p. 241).

Para Caldeira (2000, p. 267), relacionar os enclaves fortificados apenas à violência é ignorar todos os seus outros significados, à medida que a “segurança total” também assegura o “direito de não ser incomodado”. A proteção, portanto, não é apenas contra o crime, mas contra pessoas e grupos sociais indesejáveis. Davis (2009) também salienta que a arquitetura contemporânea e os espaços defensáveis têm como objetivo o controle da multidão através da construção de barreiras arquitetônicas e semióticas. A cidade vem-se tornando, assim, um grande aparato de segurança.

A arquitetura do medo, como destaca Ellin (2003), utiliza uma série de elementos que vão desde a escala da residência à escala da cidade. Na escala cidadina, destacam-se mecanismos de esvaziamento dos espaços públicos e controle dos grupos sociais indesejáveis. Em Los Angeles, Davis (2009, p. 244-245) descreve a existência cada vez maior de “ambientes de ruas sádicos”, “o ‘endurecimento’ consciente da superfície da cidade contra o pobre”. Entre esses mecanismos, ele cita a construção de bancos de pontos de ônibus em forma de barril, que impede os sem-teto de dormirem sobre sua superfície, ou seja, “bancos à prova de vagabundos”; a proliferação de *sprinklers* (regadores automáticos) adotados para que esses grupos não durmam nos parques e jardins; a construção de áreas cercadas em mercados e restaurantes para proteger seus lixos dos sem-teto; e uma prática deliberada de manter menos banheiros públicos.

O “efeito fortaleza” (DAVIS, 2009, p. 241) parece ser, portanto, uma das mais relevantes características de importantes cidades atualmente, especialmente nos EUA e na América Latina. Esse fenômeno, segundo esses autores, tem impactado diretamente sobre o espaço público urbano e os padrões de sociabilidade. Sobre esse processo, Bauman (2009) adverte que, se originalmente os muros e fossos da cidade construía uma fronteira entre os cidadãos e os estrangeiros, atualmente toda a tecnologia da arquitetura do medo produz uma apartação também entre membros de uma mesma sociedade. O isolamento nos enclaves fortificados é também a expressão de uma *mixofobia* (medo de misturar-se), ou seja, uma negação da heterogeneidade e da diversidade que sempre caracterizaram as cidades.

Segundo Bauman (2009, p. 45), o medo urbano tem reforçado as ilusões de viver dentro de uma comunidade de semelhantes *mixofóbica*, que busca proteção em um espaço privado em detrimento do público. Segundo o autor, esse estilo de vida não é capaz de diminuir os riscos e menos ainda de evitá-los. Seu caráter paliativo implica uma primeira “consequência insidiosa e deletéria: quanto mais ineficaz é a estratégia, mais ela se reforça e perdura”. Ademais, quanto mais se vive num ambiente homogêneo e uniforme, a socialização tende a se tornar superficial, pois, sendo os significados os mesmos, diminui-se o risco de haver mal-entendidos e torna-se desnecessário o processo de diálogo e tradução de significados em outros. Para ele, é provável que as pessoas “desaprendam” a arte de negociar significados e mesmo um *modus convivendi* (BAUMAN, 2009, p. 46). A vivência nesses espaços não apenas é reflexo da busca da homogeneidade social e da sua consequente (presumida) proteção, como também a reafirma:

Como as pessoas esqueceram ou negligenciaram o aprendizado das capacidades necessárias para conviver com a diferença, não é surpreendente que elas experimentem uma crescente sensação de horror diante da ideia de se encontrar frente a frente com estrangeiros. Estes tendem a parecer cada vez mais assustadores, porque cada vez mais alheios, estranhos e incompreensíveis. E também uma tendência para que desapareçam – se é que já existiram – o diálogo e a interação que poderiam assimilar a alteridade deles em nossa vida. É possível dizer que o impulso para um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, tenha origem na *mixofobia*: no entanto, *colocar em prática* a separação territorial só fará alimentar e proteger a *mixofobia* [...] (BAUMAN, 2009, p. 46).

Segundo Sennett (1988, p. 359, destaque nosso), tais “comunidades” de vizinhança surgem com um *ethos* de oposição à cidade, como um espaço onde é possível ter uma experiência humana íntima e local em detrimento da sociabilidade impessoal da cidade ampla, de modo que “torna-se o território local moralmente sagrado. É a celebração do gueto” (SENNETT, 1988, p. 359). Essas comunidades, propaladas por diversos planejadores urbanos e pelo mercado imobiliário, fundamentam-se na defesa da intimidade, numa tentativa de

produzir reconhecimento e interação entre vizinhos. No entanto, para o autor, elas são contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que pretendem estar abertas aos seus membros, baseiam-se em práticas de vigilância, numa busca constante de que todos os membros compartilhem do mesmo sentimento quanto à própria comunidade, isto é, em última instância, de que sejam autênticos e confiáveis. Emerge o que Sennett chama de experiência de fratricídio, pois a comunidade se torna destrutiva, seja por produzir controles e dissensos internos, seja produzindo uma mentalidade contra o mundo mais amplo, colocando nele as próprias explicações do insucesso da comunidade.

A perda do *modus convivendi* identificado por Bauman (2009) como resultado da mixofobia e da vida nas comunidades de vizinhança parece ter efeitos insidiosos sobre a socialização de crianças e jovens. Em pesquisas sobre enclaves fortificados, Svampa (2001, p. 15) identificou que a socialização das crianças e jovens dentro de espaços homogêneos e protegidos produz uma autonomia “portas adentro” e uma dependência “portas afora”. Muitos dos moradores dos condomínios fechados estudados pela autora tiveram como especial interesse nesses empreendimentos oferecer uma autonomia protegida a seus filhos. No entanto, não raro, esse excesso de liberdade, associado ao *deficit* de controle familiar, geraram casos de vandalismo e “delinquência” juvenil. Ao mesmo tempo, muitas crianças e jovens se mostraram dependentes fora dos seus condomínios, pois estavam acostumados com a proteção e os controles ali estabelecidos e não conheciam as práticas, por assim dizer, da cidade aberta. Muitas vezes também se sentiam inseguros do lado de fora e tinham fobia da cidade, evitando o mundo “real” e os grupos sociais diferentes. A vivência desde cedo em espaços homogêneos e privatizados como escolas, *shoppings*, entre outros ambientes, reproduz o medo da cidade e a mixofobia, além da convivência com grupos sociais diferentes apenas na condição de subalternos, o que pode implicar a construção de representações e práticas elitistas e intolerantes.

O incremento do medo e da “militarização da questão urbana” no Brasil (SOUZA, 2008), tem ocasionado também outras consequências sobre os padrões de sociabilidade nas grandes cidades. Estão cada vez mais presentes nos grandes centros, também como resultado desses sentimentos de medo, as práticas dos grupos de extermínio, milícias armadas que se colocam numa condição paramilitar e, mais atualmente, a ação de grupos de “justiceiros” que têm agido “por conta própria”, e de forma ilegal, contra o crime e aqueles considerados criminosos. Essas práticas, de certa forma, estão sustentadas no medo e numa reação autoritária que, segundo Telles (1999, destaques nossos), é marca da cultura política

brasileira. Em outubro de 2015, a Folha de São Paulo divulgou os resultados de uma pesquisa em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública que concluiu que metade (50%) da população das grandes cidades brasileiras acredita que “bandido bom é bandido morto” (ANUÁRIO..., 2014). Em geral, a representação do criminoso está associada a grupos marginalizados, como pobres, negros, jovens e moradores das periferias urbanas que compõem o estereótipo padrão do “bandido”.

É importante observar que, assim como a sociabilidade violenta tal qual definida por Silva (2009), tanto o processo de autossegregação em enclaves fortificados quanto as reações autoritárias frente ao crime se fundamentam em um núcleo de força como coordenador das relações sociais. Em geral, tais estratégias se conformam como soluções individualistas que lidam com os problemas coletivos e públicos dentro de uma perspectiva privada, não sendo legitimada por nenhuma referência coletiva, o que reafirma o tipo de cultura política autoritária brasileira que construiu relações de sociabilidade que negavam a reciprocidade e a igualdade no trato com grupos de outros estratos sociais (TELLES, 1999). A consequência desse processo é que os valores públicos e cívicos, como a diversidade e a heterogeneidade, são esfacelados na busca pela satisfação dos desejos pessoais de segurança, de integridade física e patrimonial.

No que tange ao espaço urbano, essa cruzada por segurança na cidade tem como consequência a desvalorização e a destruição do espaço público acessível. A reconstrução urbana converteu as ruas em canais de tráfego, eliminando o pedestre, e transformou os parques públicos em receptáculos dos sem-teto e miseráveis. Segundo Mattos (1999, destaques nossos), a valorização crescente do automóvel e da mobilidade por ele propiciada transforma as ruas e outros espaços públicos em espécies de “túneis”, nos quais as camadas de média e alta renda tendem a circular nos seus “carros cápsulas” (DUHAU, 2001, destaque nosso), transformando os espaços da cidade no que Augé (2004) chamou de “não lugares”: espaços não relacionais, a-históricos e sem identidade, onde a suspeição e o medo do outro centralizam as experiências de interação social e a vivência da heterogeneidade. Para Davis (2009), isso contribui para a destruição da própria ideia de liberdade associada à cidade.

Qualquer um que tenha tentado dar uma voltinha ao anoitecer por um bairro estranho, patrulado por guardas de segurança armados e sinalizado com ameaças de morte [referência às placas que advertem para uma possível “reação armada” em Los Angeles], compreende imediatamente quão meramente abstrata, se não completamente obsoleta, é a antiga ideia da “liberdade da cidade”. (DAVIS, 2009, p. 258).

A cidade do medo é um modelo de vida urbana diametralmente oposto ao ideal de urbanidade, à medida que contribui para afastar as pessoas, invisibiliza as diferenças e produz um alheamento entre os sujeitos. Tudo isso esfaca as possibilidades de convívio entre as pessoas que se tornam basicamente estranhos potencialmente perigosos e hostis que demandam mecanismos de atenção e controle (NETTO, 2012). Para Sennett (1988, p. 314), a fuga das interações, dos espaços heterogêneos, ou seja, da própria cidade em direção às comunidades homogêneas destrói a própria essência da urbanidade, qual seja, “que os homens podem agir juntos sem a compulsão de serem os mesmos”. O medo diante do desconhecido converte a claustrofobia num princípio ético (SENNETT, 1988, p. 378).

MEDO, SEGREGAÇÃO E SOCIABILIDADE URBANA EM SALVADOR

Salvador é uma cidade marcada por um histórico de segregação, desigualdades e hierarquização das relações sociais. Não obstante, durante um bom período da sua história, a cidade possuiu um caráter mais provinciano, com uma dinâmica econômica, assim como o tamanho da população, o tecido urbano e índices de violência relativamente pequenos. Essa realidade produzia maiores níveis de confiança e solidariedade, assim como uma presença pouco expressiva dos sentimentos de medo e insegurança dos quais tratamos aqui. Desde a segunda metade do século XX, no entanto, com a indução industrial produzida pelas políticas de substituição de importações, a cidade cresceu a taxas consideráveis, configurando um modelo de apropriação do espaço urbano marcado por um padrão periférico e desigual.

A segregação socioespacial se aprofundou bastante desde este período em termos da estrutura e legalidade da moradia, da sua localização no tecido da cidade, da mobilidade urbana e do acesso a serviços, como escolas e estabelecimentos de saúde, entre outros aspectos, como as práticas e o próprio *habitus* das diversas classes. De maneira geral, segundo a leitura sintética de Carvalho e Pereira (2008), Salvador chegou ao século XXI como uma metrópole que comporta uma cidade “tradicional”, uma cidade “moderna” e uma cidade “precária”:

Na cidade tradicional o tecido urbano é compacto, relativamente homogêneo, e não há um crescimento expressivo da população, que é composta predominantemente pelos setores médios. É a cidade que se constituiu a partir do centro antigo e de seu entorno. Já na cidade moderna o tecido urbano está se modificando com a produção de novas habitações e centros de consumo e serviços, construídas dentro de padrões arquitetônicos e urbanísticos elevados, com avanço do processo de verticalização nas áreas mais densas e/ou próximas ao centro. Ocupando, a partir do centro, as áreas mais próximas à orla atlântica e crescendo em direção ao litoral norte, ela é habitada basicamente pelas camadas mais altas da pirâmide social. Finalmente, na cidade precária, ocupada predominantemente pelos setores populares, o tecido

urbano se caracteriza pela dispersão e pela contínua expansão com o acréscimo de habitações precárias, em grande parte auto-construídas sem obedecer a padrões arquitetônicos e urbanísticos, com ocupação horizontal, excetuando as áreas próximas às vias de maior circulação e as áreas mais consolidadas em termos de ocupação do solo, onde estão em curso processos de verticalização, com grande adensamento, de padrão um pouco melhor. (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 101).

Esse processo de crescimento desigual impactou também sobre a violência e os sentimentos de medo e insegurança. Segundo Paim (2008), na passagem da década de 80 para a de 90, ainda que com taxas inferiores a Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, constatou-se em Salvador um crescimento acelerado dos casos de homicídios, violência letal que subverte o direito à vida e que, por isso, têm bastante interferência nas representações sociais da violência. Desde então, o homicídio vem ocupando o primeiro lugar entre as causas de morte violenta em Salvador (PAIM, 2008). Esse processo se aprofundou neste novo século, quando políticas de inteligência e repressão realizadas em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, contribuíram para que facções criminosas que operavam nesses lugares buscassem novas áreas de atuação, especialmente nas grandes cidades nordestinas.

Desde então, as taxas de violência aumentaram bastante em Salvador e, atualmente, a cidade convive com níveis altíssimos de crimes violentos letais intencionais (homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte e latrocínio) e tem também taxas de homicídio superiores à média nacional e estadual. Por exemplo, enquanto o Brasil teve, segundo o 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2013, uma taxa de 25,2 homicídios dolosos por 100 mil habitantes e a Bahia uma taxa de 36,1, Salvador teve uma taxa de 50 homicídios por 100 mil habitantes, considerando os dados fornecidos pela secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) e as estimativas populacionais do IBGE.

Segundo Cerqueira et al. (2014), citando dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) de 2013, apenas 58 países apresentaram taxas de homicídio maiores que 10 por 100 mil, um valor considerado “aceitável”. O Brasil se enquadra nesse grupo e Salvador possui uma taxa de cinco a seis vezes superior a esse valor. A Tabela I, mais abaixo, apresenta os dados de alguns delitos cometidos em Salvador nos últimos cinco anos, conforme histórico disponível na SSP-BA.

Tabela 1: Principais delitos - Salvador, 2010-2014¹

	Homicídio Doloso	Lesão Corporal Seguida de Morte*	Latrocínio	Tentativa de Homicídio	Estupro	Roubo a ônibus**	Furto de veículo	Roubo de Veículo
2010	1639	-	23	776	520	973	1313	3857
2011	1528	-	18	996	442	1433	1391	4847
2012	1576	52	32	1111	623	1627	1481	6738
2013	1429	29	27	869	651	1210	1417	6125
2014	1321	26	50	691	521	1492	1749	6371

Fonte: Elaboração própria. Secretaria de Segurança Pública da Bahia

* Os dados de lesão corporal seguida de morte não estavam disponíveis para os anos de 2010 e 2011

** Os dados de roubo a ônibus de 2010 e 2011 se referem somente a roubos a ônibus urbanos. Desde 2012 se referem também a roubos em rodovias.

Conforme se observa, a cidade do Salvador realmente tem convivido com índices alarmantes de violência, homicídios, roubos ao transporte coletivo, furtos e roubos em veículos. Vive-se, na prática, uma experiência cotidiana do temor, do cuidado, do olhar para os lados, do desconfiar dos outros e, principalmente, de evitar determinados espaços, em alguns dias ou em horas específicas. A imprensa tem repercutido a insegurança em Salvador e tem papel fundamental na ampliação da sensação de medo que reina na cidade, especialmente os programas sensacionalistas e policialescos que fazem da violência o seu tema central. Os demais programas, jornais e telejornais, por sua vez, dada a relevância do tema na própria realidade da cidade, apresentam, cotidianamente, em suas edições, notícias sobre a insegurança e as consequências para a vida das pessoas e para a cidade. Esse é o caso de uma reportagem do Jornal da Metrópole (2010, p. 10) com o sugestivo título de “Cidade do Medo”, apontava a “escalada da violência em Salvador”, em especial aquela que “acuava” a classe média nos bairros “nobres”, dando ênfase ao “pânico” que, naquele momento, chegava também àqueles bairros. As manchetes abaixo também são ilustrativas da abordagem midiática da questão da insegurança:

¹ Os dados de lesão corporal seguida de morte não estavam disponíveis para os anos de 2010 e 2011. Os dados de roubo a ônibus de 2010 e 2011 se referem somente a roubos a ônibus urbanos. Desde 2012 se referem também a roubos em rodovias.

Figura 1: Jornal da Metrópole de 27/04/2012.¹

Figura 2: Jornal Correio de 30/07/2015.



Não é demais lembrar que a difusão midiática da violência se tornou uma espécie de *marketing* para a divulgação de um conjunto de serviços de segurança privada, assim como de enclaves fortificados que se fundamentam no que Bauman (2009) chamou de “capital do medo”. A lógica do medo invade a vida social e passa a permear as estratégias de circulação das pessoas na cidade (PEREIRA, 2013). A sensação de insegurança está presente no imaginário urbano das pessoas, conforme fica demonstrado nos depoimentos que se seguem:

Qual sua opinião/impressão da Avenida Sete?

“Uma batalha de guerra. Eu fico assustada para quem vem de lado, de outro. Pode vir tiro, facada. Podem roubar minha bolsa” (informação verbal)².

“Eu faço citytour e levo turistas, mas eu não aconselho ir. Degradação total. A impressão é a pior possível. Depois das 18h, o centro da cidade eu não aconselho pra ninguém. É um parecer meu. Se a cidade não tem segurança...” (informação verbal)³.

Apesar da crescente sensação de medo, os dados indicam tendências diferentes nas taxas dos principais delitos. Embora o número de roubos e furtos a veículos, assim como roubo a ônibus, venham aumentando os crimes contra vida, como tentativas de homicídios e

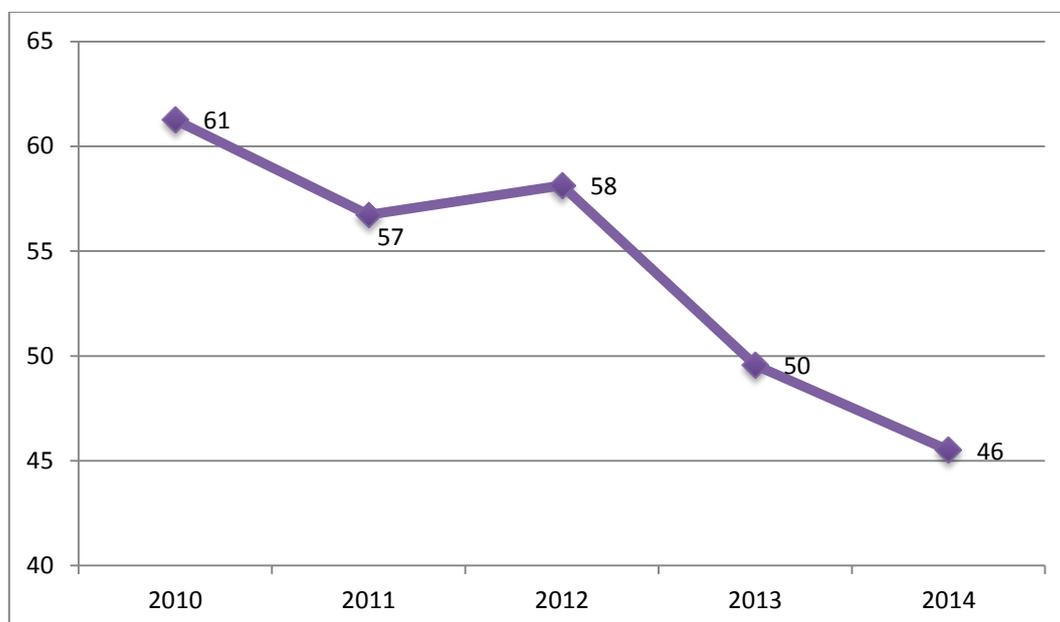
¹ A Manchete diz: São números de uma guerra não declarada. Em número de homicídios, Salvador supera capitais muito mais populosas como Rio de Janeiro de São Paulo.

² Depoimento de H., professora, 45 anos, moradora de Piatã.

³ Depoimento de D., motorista, 57 anos, morador de Patamares.

homicídios dolosos, têm diminuído nos últimos cinco anos, conforme se pode observar no Gráfico 2 mais abaixo. Apesar desta queda, os sentimentos de medo e insegurança continuam crescendo.

Gráfico 2: Taxa de homicídio – Salvador, 2010-2014



Fonte: SSP/BA, IBGE – Censo Demográfico 2010 e Estimativas Populacionais – Elaboração Própria.

Para além dessa questão, os dados de violência precisam ser matizados em função de um conjunto de elementos que, de alguma forma, agudizam a problemática da violência para alguns grupos sociais, especialmente pobres, moradores de periferias urbanas, jovens, homens e negros. Ainda que em Salvador haja um número alto de casos de homicídios e de roubos de carros, por exemplo, eles não estão dispostos da mesma forma no espaço urbano porque, conforme frisou Souza (2008), existe uma geografia do crime na cidade (que não é completamente proporcional à geografia do medo, conforme frisado anteriormente). Tomando os dados por Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) em 2014, por exemplo, enquanto a RISP Atlântico, que concentra bairros da Orla Norte, apresentou 281 homicídios dolosos ao longo do ano, a RISP Bahia de Todos os Santos, que concentra bairros da Península de Itapagipe e Subúrbio Ferroviário, apresentou 631 e a RISP Central, com bairros do chamado “Miolo”, 409 homicídios dolosos. Os roubos de veículos, por sua vez, possuem a lógica contrária: são maiores nos bairros de maior afluência econômica, no vetor valorizado da cidade.

Esses dados sugerem que há uma segregação nos tipos de crimes em função do território da cidade, mas não apenas isso, pois há também uma diferença marcante na vitimologia das pessoas que são submetidas a eles. No que se refere aos homicídios, as principais vítimas em Salvador são jovens, homens, negros e vivem em determinadas áreas da cidade, especialmente em zonas periféricas. Conforme Calazans (2014, p. 24) em suas pesquisas, “os crimes contra a pessoa estão sobremaneira concentrados na periferia da cidade”. Um elemento pode ter papel fundamental nessa realidade, os grupos de extermínio, uma das práticas que todo esse sentimento de medo parece legitimar, pelo menos entre alguns grupos sociais.

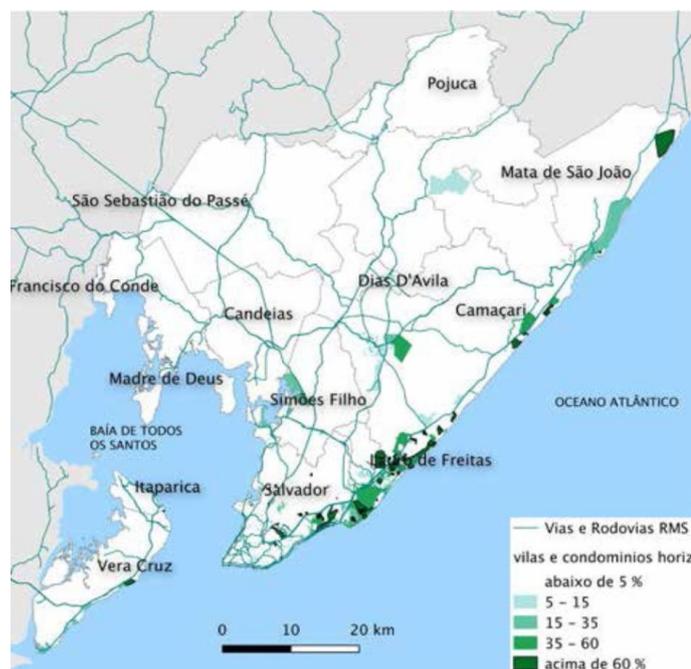
Conforme salientou Luiz Cláudio Lourenço, em entrevista à Revista MUITO, de 01/06/2014, apesar dos dados, “a violência aqui não é generalizada. Os homicídios não são gratuitos. Eles acontecem em áreas específicas e por motivos específicos” (ABRA..., 2014, p. 8). Segundo o autor, o aumento do aprisionamento tem uma correlação positiva com a ampliação dos homicídios, pois o encarceramento do pequeno varejista de droga deixa vago um espaço que é disputado “à bala e à sangue” nesse pequeno mercado, que encontra nas comunidades mais pobres e de mais difícil acesso sua base territorial. Além disso, os testes de balísticas de muitos corpos encontrados em Salvador sugerem que as armas utilizadas são quase sempre as mesmas, ou seja, isso indica a prática de execuções sumárias na cidade, exatamente de jovens, negros, pobres e moradores de periferia, envolvidos ou não em crimes, mas que, certamente, contribuem para a ampliação desses índices de violência. Sabe-se que alguns desses crimes é praticada por agentes da lei, inclusive no exercício da função, o que acaba sendo registrado como autos de resistências que não são investigados mais aprofundadamente depois.

Para além dessa complexa “geografia do crime” (SOUSA, 2008), o medo se configura como uma das principais marcas da vida urbana na cidade do Salvador atualmente. A associação entre violência “real” e a violência presente nos imaginários urbanos tem impactado decisivamente nos usos dos espaços públicos da cidade, na sociabilidade urbana e no processo de autosegregação.

Conforme discutimos em detalhes em outra oportunidade (ARANTES, 2011), desde a década de 1990, tem havido uma proliferação de enclaves fortificados em Salvador, especialmente condomínios horizontais. A partir desse período, quando a violência aumentou em todo o país e o mercado imobiliário passou a difundir esses empreendimentos a partir de poderosas campanhas publicitárias, houve uma expansão e diversificação significativas da

incorporação de condomínios fechados em Salvador. Proliferaram condomínios fechados de todos os tipos, como os *villages* (corredores de casas geminadas), loteamentos fechados (mais elitizados pois possuem mais áreas verdes e casas mais luxuosas por deter maior liberdade de alteração arquitetônica), condomínios horizontais (onde casas padronizadas ocupam frações ideais de uma área comum, mas, nos quais, muitas vezes, há equipamentos e serviços diversificados) e até condomínios fechados dentro de condomínios fechados (pequenos condomínios construídos em loteamentos que já são fechados). Esse processo se iniciou com a incorporação de condomínios horizontais, que passaram a marcar a paisagem da Orla Atlântica Norte, pois, além de se diversificarem nos bairros de Patamares, Jaguaribe e Piatã também se espraiaram para Itapuã, Stella Mares, Praia do Flamengo, assim como para o município vizinho de Lauro de Freitas, muito influenciado também pela consolidação de Vilas do Atlântico, que se conformou como uma espécie de “outra cidade” dentro desse município. O Mapa 1, mais abaixo, ilustra a difusão desses empreendimentos na Orla Atlântica da cidade.

Mapa 1: Condomínios e Vilas Horizontais na RMS, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Elaboração de Gilberto C. Pereira. IN: CARVALHO e PEREIRA, 2014.

Esses condomínios passaram a incorporar diversificados itens de segurança e lazer, o que expressa um desejo de autonomia cada vez maior em relação à cidade, ampliando, assim, a constituição de isolados microcosmos sociais dessas “cidades blindadas dentro da cidade” (AMENDOLA, 2000) conforme ilustram os seguintes depoimentos sobre a vida no

condomínio: *“Parece que você está num **microcosmo fora de Salvador**. Muito bom, **parece que você está num interior**”* (informação verbal)¹. *“Não tá pra brincadeira [a violência na cidade]. **Quando passo a guarita do condomínio, parece que relaxo**”* (informação verbal)². Essa lógica fica visível também na publicidade dos empreendimentos, que tenta demarcar a sua diferença para a vida na cidade, assim como no nome dos condomínios que exaltam essa diferença em termos de segurança e qualidade de vida através de imagens vinculadas à natureza, ao lazer, à segurança e à vivência em um lugar diferente (seguro, mais tranquilo e entre iguais).

Ainda que a valorização dos condomínios fechados em Salvador se relacione também a uma busca por qualidade de vida, à medida que significam para seus moradores os “portões do paraíso” (BLAKELY; SNIDER, 1997, destaque nosso), atualmente, os apelos do mercado se voltam para a ênfase na segurança, de modo que a constituição de “vales do medo” (BLAKELY; SNIDER, 1997, destaque nosso) é a razão mais importante na busca pela moradia em condomínios fechados (ARANTES, 2011). O medo da violência, transformado em um tipo de capital (BAUMAN, 2009), exerce forte influência sobre as representações sociais na RMS, de modo que a busca pelas “zonas de segurança” (BLAKELY; SNIDER, 1997, destaque nosso) constitui o elemento central da experiência social dos moradores dos condomínios fechados. É a segurança, inclusive, que permite a constituição de um “novo” estilo de vida. Isso significa que, se ela não é uma condição suficiente, é vista como absolutamente necessária. Alguns depoimentos são representativos dessa realidade:

Por que você veio morar num condomínio fechado?

*“Porque... Isso aí não era nem uma opção de morar fora de um condomínio fechado. **A gente sabe que a segurança tá em condomínio fechado, tá entendendo?** Não que seja 100% seguro, mas a mentalidade de um condomínio fechado já gera segurança, tá entendendo, na cabeça de todo mundo. Inclusive, se você for aqui fora comprar uma casa igual a casa aqui de dentro, ela vai custar 1/3 ou metade do valor da mesma casa aqui dentro só porque é um condomínio fechado. Tem até uma música do Rappa, uma música do Rappa que diz, né, que a vida lá fora não é a vida que você vive no seu condomínio fechado. Lá fora é uma outra vida, é uma outra coisa. É uma realidade, aqui dentro você tem mais segurança. O nosso condomínio, ele não é por todo fechado. O final do condomínio não possui muro, porque ele é muito verde. Então, as autoridades não deixam a gente construir muros, fechar ele completamente, ainda mais que nós também não somos um condomínio, nós somos uma associação de moradores. Mas a gente sempre tenta manter a periferia o mais fechado possível.*

¹ Depoimento de A., pedagoga, 55 anos, moradora de Piatã.

² Depoimento de N., corretor, 46 anos, morador de Piatã.

*Estamos colocando câmeras em todos os lugares porque, volta e meia, tem um ou outro, acontece alguma coisa. Na maioria das vezes, nós descobrimos que eram ex-caseiros. Mas isso é importante. **Se você não consegue a segurança lá fora, você tem que criar a sua, né?** E todo condomínio fechado, as crianças estão livres, mas nenhuma criança passa daqui pra fora. É sempre daqui pra lá [referência ao portão]” (informação verbal)¹.*

*“A vontade de morar em uma casa; e a gente só queria condomínio fechado por causa da segurança. **Nem cogitamos procurar uma casa que não fosse em condomínio fechado**” (informação verbal)².*

*“[A segurança é importante pois você pode ter] a certeza de que quando você entrar, você pode ficar tranquilo. Nas grandes metrópoles, isso é o elemento central quando você escolhe um lugar. [...] **uma pessoa sensata não mora numa casa fora de condomínio fechado**” (informação verbal)³.*

*“[A segurança do condomínio] Não é 100%, mas é melhor do que **ficar ao léu**” (informação verbal)⁴.*

Ao longo dos últimos anos, a moradia fortificada em Salvador obteve uma grande valorização comercial. Uma casa em um condomínio horizontal pode custar entre 50% e 100% a mais do que uma do mesmo padrão do lado de fora (VIDA..., 2010). Isso faz com que a sua expansão continue acelerada. Nos últimos anos, outros tipos de enclaves têm surgido, ganhando novas dimensões e maior heterogeneidade de formas e conteúdos. Empreendimentos com conjuntos de torres, alguns deles com mais de mil unidades, e aqueles que poderiam ser denominados de “minicidades” impactam no espaço da cidade ampliando a fragmentação socioespacial.

Esses novos enclaves fortificados são, em geral, empreendimentos multifuncionais, que pretendem centralizar moradia, trabalho, lazer e serviços, com o objetivo manifesto de se criar um novo bairro fechado e seletivo, uma “cidade” blindada dentro da cidade, oferecendo além da segurança, divertimento, qualidade de vida, felicidade da família e facilidades diversas. Parte desses empreendimentos ocupou alguns vazios urbanos remanescentes, áreas que estavam anteriormente em “engorda” ou que eram protegidas pelas legislações municipais, como a Avenida Paralela por exemplo.

Para além dos empreendimentos voltados para as camadas de média e alta renda, curiosamente, com o estímulo governamental à edificação de conjuntos habitacionais

¹ Depoimento de G., corretor de imóveis, 50 anos, morador de Piatã.

² Depoimento de F., médica, 38 anos, moradora de Jaguaribe.

³ Depoimento de E., corretor de imóveis, 65 anos, morador de Piatã.

⁴ Depoimento de R., estudante, 18 anos, moradora de Piatã.

populares, nos últimos anos, a fórmula de condomínios fechados tem alcançado também empreendimentos direcionados a outras camadas sociais, especialmente em conjuntos e edifícios subsidiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. É a lógica da fortificação e da privatização urbana que, de maneira transversal, está presente nas práticas e nos desejos de diversos grupos da estrutura social, ainda que alguns consigam colocar suas estratégias em prática de maneira mais eficiente do que outros.

Para além da habitação, a privatização urbana em Salvador tem-se expressado também em outras dimensões e o medo tem um papel decisivo nesse processo. O medo e a insegurança têm interferido fortemente no padrão de apropriação dos espaços públicos da cidade. Em geral, o uso dos principais espaços de uso coletivo da cidade se reduz consideravelmente durante a noite, quando Salvador se torna uma cidade quase inóspita ao pedestre. Os parques, praças e largos que possuem grades fecham e poucos se arriscam nesses espaços depois de determinada hora, com algumas exceções. O mesmo acontece com as praias. As principais alternativas de lazer noturno na cidade acabam sendo os *shoppings centers* e os bares e restaurantes. Após determinado horário, o medo e a insegurança reinam na cidade, que fica quase desértica. Essa realidade foi observada pelo jornalista Gonçalo Júnior, que, num editorial sobre o carnaval em 2007, fez uma reflexão sobre o medo na dinâmica da cidade:

Assim que o comércio baixa suas portas na região central, a Salvador de 2007 mais parece que está sob toque de recolher. Importantes vias como a avenida Sete de Setembro e a rua Carlos Gomes são rapidamente esvaziadas, enquanto os gargalos próximos às áreas de concentração de *shoppings* na região da avenida Paralela ganham um fluxo intenso e transformam o trânsito num caos parecido com os congestionamentos de São Paulo. Todos parecem ter pressa para chegar em casa. Enquanto as obras do metrô são finalmente retomadas, seus moradores passam a impressão de que vivem inquietos, acuados e aflitos.

O maior motivo, aparentemente, é a violência do dia-a-dia, que encurrala moradores de todas as idades e classes em suas casas e limita sua diversão aos *shoppings* – que brotam como caça-níqueis por toda a cidade. No último sábado de maio, por exemplo, enquanto a orla estava semideserta por volta das 21 horas, no Shopping Iguatemi, o maior da cidade, era quase impossível comprar um ingresso para ver algum filme ou conseguir uma mesa vazia em suas dezenas de lanchonetes e restaurantes *fast-foods*. Há quem diga que a violência se tornou um problema de calamidade pública na cidade, embora os latrocínios sejam em número menores que em São Paulo e Rio de Janeiro. Não por acaso, a enquete de uma emissora de TV local, no mesmo dia, perguntava quantas vezes cada transeunte tinha sido assaltado. (GONÇALO JÚNIOR, 2009, p. 1).

Muito em função da violência e do medo da violência, os *shopping centers* têm exercido um papel relevante no cotidiano da cidade do Salvador como espaços de compras, em detrimento do centro tradicional, especialmente entre os grupos de média e alta renda, e como espaço de lazer. Para além da busca de sociabilidade, principalmente entre os jovens, a

segurança oferecida é um elemento importante para os usuários, conforme fica claro no depoimento de uma entrevistada em uma análise sobre a atual preferência das pessoas pelos shoppings em detrimento dos espaços públicos:

“[...] no shopping você tem aquela ideia de que você está protegido ali, com os seguranças do shopping, então, a gente sempre pensa na nossa segurança... Você sabe que vai poder tirar seu iphone do bolso... Nós sempre queremos consumir mais coisas, então o shopping é o lugar mais certo pra isso, querendo ou não o consumo hoje em dia prevalece, então... E lá você tem essa ideia de que você está seguro ali, naquele espaço ali, que você vai poder encontrar seu amigo ali de boa em segurança” (informação verbal)¹.

É interessante refletir sobre as consequências dessa cruzada por segurança na cidade. De certa forma, evitar os espaços, especialmente para determinados grupos sociais, envolve práticas sociais marcadas, tensões e preconceitos, conforme ficam ilustradas nos depoimentos abaixo de moradores de condomínios fechados de Salvador principalmente em referência a determinadas festas populares de largo:

*“Hoje eu não gosto por causa do acesso, da segurança e uma questão estética. São muitas **pessoas feias**, independente da cor. É uma **questão estética**”* (informação verbal)².

*“Nunca fui muito fã. Vou raramente. Acho que tem muita gente. Não tenho vontade de ir. É como um carnaval, uma bagunça, uma bebedeira. Acaba sendo um lugar que mistura muitos segmentos da sociedade e **acaba dando muita gente feia**”* (informação verbal)³.

*“Não tem mais o cunho religioso. Hoje é bebedeira, prostituição e comércio. **Você não vai comparar uma festa da Boa Viagem [festa popular de largo] com um Sauípe Fest [festa fechada realizada num resort de luxo]**. Não levamos mais os filhos. Não tem segurança e não vai somar nada”* (informação verbal)⁴.

*“[A opinião sobre o Pelourinho é] A pior possível. Aquilo ali é um antro de marginais, infelizmente... Todo tipo de coisa ruim tem ali: prostituição, tráfico, gente pedindo esmola, viadagem... **Uma doença mental dentro de Salvador. Deveria ter um choque de revolução: derrubar e fazer um novo. Há 40 anos era Pelourinho. Hoje é degradação**”* (informação verbal)⁵.

A composição social heterogênea dos espaços públicos incomoda alguns grupos, que têm práticas sociais envoltas em preconceitos “estéticos” que denotam um classismo e até um

¹ Depoimento de B., universitária, 19 anos, moradora de Piatã.

² Depoimento de F., corretor, 42 anos, morador de Piatã.

³ Depoimento de B., estudante, 25 anos, morador de Stella Mares.

⁴ Depoimento de P., advogado, 45 anos, morador de Patamares.

⁵ Depoimento de E., corretor de imóveis, 65 anos, morador de Piatã.

racismo, considerando que, em Salvador, falar de camadas populares significa fundamentalmente falar da sua maioria negra. Essa é uma demonstração muito clara do quão a homogeneidade social é valorizada por determinados grupos e o que isso significa em termos da apreciação do outro, da diversidade, da pluralidade. De certa forma, conforme salientou Caldeira (2000, p. 267), a “segurança total” buscada em espaços privatizados garante também o “direito de não ser incomodado” e a distância dos grupos indesejáveis.

Essa evitação é uma questão de *habitus* de classe que se expressa no uso dos espaços da cidade. Uma distinção que afasta os grupos sociais e cria sentimentos de intolerância e preconceito. Em alguma medida, portanto, segregar-se em espaços homogêneos ou evitar determinados espaços representa uma estratégia de distinção, pautadas, muitas vezes, em um ideal de monitoramento social e até estético. Mais do que isso, esses comportamentos são descritos por Bauman (2009) como uma mixofobia, uma falta de interesse ou um medo de se misturar, de ter contato com o diferente, com o estrangeiro, com o anônimo. Esse controle social fica bastante evidenciado no relato abaixo de um entrevistado que, sendo morador de um bairro do Subúrbio Ferroviário, afirma evitar os bairros da Orla Atlântica por ser visto sempre com maus olhos e como uma ameaça:

Tem algum lugar na cidade que você evita ir? Qual e Por quê?

“Eu acho que essas partes das áreas nobres, da orla em si, eu acho que eu não sou muito de frequentar porque eu vejo assim muita discriminação em si, geralmente com a galera negra; você chega num lugar desses, num espaço desse, e nego começa a te olhar com mal visto, acha que você é marginal, até pelas suas vestes, se você botar uma roupa mais simples, aí nego acha que você se envolve [com crimes]; então eu evito.”

Já aconteceu alguma coisa “chata” com você nessas áreas da orla?

“Já, já, a gente uma vez foi, eu e meu primo, a gente foi ali na parte do Imbuí tomar um banho de mar, aí a gente começou a andar e a mulher simplesmente começou a olhar pra gente e ficou assustada dizendo que a gente tava seguindo, aí chamou o policial e ele veio chamar a gente pra conversar. A gente [disse] não, a gente veio tomar um banho de mar. Simplesmente a gente tava andando atrás dela porque a gente tava andando num processo rápido ela achou que a gente tava seguindo; a gente não tava seguindo. Mas simplesmente a gente tava indo tomar um banho de mar em Armação ali. Aí a gente começou a evitar certos lugares de certa comunicação com esse pessoal até porque eles acreditam que só porque é negro... [...] Se for pra escolher entre frequentar os espaços lá [da Orla] e os espaços da minha periferia eu prefiro os da periferia até porque eu me sinto mais a vontade de ficar lá [na periferia], até pelas minhas amizades, os espaços

“você acaba tendo contato com o próprio dono do bar, às vezes é até colega seu o dono do bar, aí você fica mais à vontade” (informação verbal¹).

Os estigmas e preconceitos, assim como a afirmação da lógica da segregação, são uma recusa das características da cidade, do inesperado, dos encontros fortuitos com o desconhecido, da heterogeneidade, da diversidade, e do próprio espaço público, trocado agora por espaços privativos e socialmente homogêneos. Essa é uma questão que resulta de fatores complexos, mas que têm no medo um componente fundamental. Os sentimentos de medo e insegurança, transformados em estigmas e preconceitos, interferem diretamente na vivência mais profunda do espaço público, conforme definido tradicionalmente, pois engendram comportamentos que estão longe do que Sennett (1988), por exemplo, chamou da sociabilidade típica do espaço público clássico, um prazer na companhia dos outros diferentes; estão muito longe também dos ideais de civilidade, como aquilo que protege os homens uns dos outros ao mesmo tempo em que permite que se tenha prazer nessa companhia (SENNETT, 1988). A cultura política autoritária da sociedade brasileira, que, segundo Vera Telles (1999), não reconhece o outro como um sujeito legítimo de direitos, está claramente presente nos relatos anteriores e na prática de diversos grupos sociais. Esse tipo de cultura inviabiliza a constituição de um espaço público tal qual definiu Hannah Arendt (2008), um espaço onde se expressa a pluralidade da condição humana, onde as pessoas interagem e se colocam através da ação e do discurso.

Em entrevistas para o nosso trabalho sobre os condomínios fechados na RMS, pais de camadas médias moradores de condomínios fechados lembraram o passado para criticar a atual situação dos espaços públicos da cidade, legitimando, de alguma forma, o fato de não mais os frequentarem e justificando o desinteresse das atuais gerações – seus filhos – por esses locais. O abandono desses espaços públicos foi especialmente visível em relação às festas populares e o medo demonstrou ter um papel relevante nesse processo, conforme se pode verificar nos depoimentos que seguem:

“Eu não frequento há tantos anos. Fui perdendo o interesse, vai mudando o foco. Mudou o espírito. Antigamente era mais tranquilo, de paz, a gente encontrava todo mundo, menos gente. Hoje é gente demais bebendo, insegurança. Hoje é para os jovens, turistas, bandas comerciais. Quando vejo a multidão, não tenho nem vontade” (informação verbal)².

¹ Depoimento de A., estudante universitário, 24 anos, morador de Plataforma.

² Depoimento de E., servidora pública, 62 anos, moradora de Jaguaribe.

*“Já foi da minha época, mas não dou mais valor. Perdeu a beleza. Antes era mais seguro. Hoje tem muita violência. Chegou a esse ponto, tanto que **meus filhos nunca foram**. Antes não tinha bagunça e violência. Hoje tem muita briga; perdeu a conotação da diversão”* (informação verbal)¹.

“Na minha época era diferente. Hoje você vê os adolescentes bebendo demais. A violência é grande em todas as classes. Não tem segurança. Brigas de rivais. Bebida e droga que não tinha. Tanto que algumas festas sumiram do calendário. As pessoas não se arriscam mais. Eu estou indo para as festas do recôncavo... [mas elas também estão ficando mais violentas, afirma o entrevistado]” (informação verbal)².

Essas perspectivas são bastante importantes à medida que, subjetivamente, fazem alusão às transformações por que passou a cidade, nas suas dimensões urbana, social e política. Essas transformações, associadas à mercantilização do desenvolvimento urbano, incentivaram o surgimento de enclaves fortificados de entretenimento que utilizam a tradição da festa original para a criação de um novo produto, festas realizadas em espaços fechados no mesmo dia das festas de largo e que, diferentemente da festa popular, atraem principalmente jovens de camadas médias e altas que querem “curtir” sem precisar conviver com “pessoas feias” (*sic*) e/ou mesmo socializar com as camadas populares. Essas festas materializam o “direito de não ser incomodado” e, por isso, ganham o adjetivo de “light”, como o Bomfim Light, realizada no dia da Lavagem da Igreja do Bomfim, a Conceição Light, durante muito tempo realizada no dia da festa de Nossa Senhora da Conceição, entre outras, que são vendidas como um “privilégio”, conforme se pode observar na peça publicitária apresentada mais abaixo na Figura 3, ou seja, uma clara oferta de segregação e apartação pautada numa espécie de “limpeza” social fundamentada nos altos preços cobrados pelos ingressos. A oferta de tal privilégio contrasta radicalmente com a interpretação que é dada às festas abertas, especialmente aquelas realizadas em bairros populares, conforme se pode observar na Figura 4, que segue:

¹ Depoimento de R., advogado, 55 anos, morador de Patamares.

² Depoimento de D., autônomo, 57 anos, morador de Piatã.

Figura 3: Publicidade da festa "Bomfim Light" de 2011



Figura 4: Piada classista enviada através de aplicativos de troca de mensagens via telefone celular



Conforme se pode observar, os sentimentos de medo e insegurança, associados a práticas classistas, privatistas e autoritárias, têm produzido consequências insidiosas sobre a vida urbana de Salvador, tornando-se umas das marcas mais visíveis da atual dinâmica dessa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo deste Artigo, nos últimos trinta anos, a violência cresceu na sociedade brasileira, engendrando fortes sentimentos de medo e insegurança principalmente nos grandes centros urbanos. Não obstante, esses sentimentos desde sempre estiveram também associados a imaginários sociais reforçados pelos meios de comunicação e por todas as estratégias de marketing associadas ao “capital do medo”, que se disseminou ofertando inúmeros produtos e serviços, condomínios fechados, segurança privada, entre outros. Esses processos têm contribuído para a conformação de uma marcada privatização urbana, com uma evitação cada vez maior dos espaços públicos, onde circulam pessoas diferentes e desconhecidas, e uma preferência pelos espaços privados, onde as pessoas têm a sensação de estar em segurança. Além desse processo, é reforçada a ênfase numa guerra contra o crime, em que o Estado, grupos paramilitares e até “justiceiros” têm uma legitimação social para agir no controle e até no julgamento e execução sumária de suspeitos e criminosos.

A grande questão dessa realidade é refletir sobre contra quem as pessoas querem defender e as consequências desse processo sobre a vida urbana. Conforme salientou Bauman

(2009), a arquitetura do medo e todo o aparato de segurança atualmente se erguem contra os membros de uma mesma sociedade, fazendo surgir sentimentos mixofóbicos que reafirmam uma evitação cada vez maior dos estranhos. As estratégias de segurança acabam por reproduzir o medo e a insegurança, pois justificam a construção de mundos isolados e homogêneos onde as pessoas convivem com seus iguais, fazendo com que a cidade mais ampla se torne potencialmente perigosa e, portanto, indesejável. Conforme frisou Sennett (1988), a claustrofobia tem-se tornado um princípio ético das grandes cidades, especialmente em países como o Brasil, onde a violência objetiva de fato alcança índices elevados, e o capital tem espaço e a condescendência do Estado para atuar com liberdade.

A cidade do Salvador também tem expressado essas características em sua dinâmica urbana contemporânea. Proliferam-se condomínios fechados, *shopping centers*, festas seletivas, entre outros espaços privatizados, em detrimento de espaços públicos de convívio e sociabilidade. Na prática, boa parte dos moradores dessa urbe rejeitam a cidade e seus espaços públicos, as ruas comerciais, as escolas públicas, as festas populares, engendrando um processo que alguns autores (NETTO, 2012; FIGUEIREDO, 2012) vêm denominando de desurbanização, uma realidade na qual as estruturas e as práticas da vida urbana impedem ou pelo menos restringem encontros e a copresença de pessoas de classes ou estilos de vida distintos.

Como todo processo, a desurbanização também tem suas negações e resistências, que se expressam no uso, por parte de alguns grupos sociais, dos espaços públicos e no esforço de algumas iniciativas de reutilização de certos espaços; na manutenção da frequência às festas populares; na utilização dos espaços da cidade como lócus de manifestações políticas e de identidade, entre outros exemplos. Se o medo e a insegurança incentivam os processos de privatização, determinadas práticas dos cidadãos e dos entes públicos podem contribuir para a construção e reafirmação de uma cidade pautada no convívio e na sociabilidade, na confiança e na solidariedade entre os diferentes grupos, fazendo da urbe, do espaço construído, uma civitas, um lugar pautado em ideais de civilidade e integração.

REFERÊNCIAS

ABRA aspas [entrevista] Luiz Cláudio Lourenço. **Muito**: revista semanal do Grupo A Tarde, Salvador, p. 8, 01 jun. 2014.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**: magia e miedo de la metrópolis contemporánea. Madri: Celeste Ediciones, 2000.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2014. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2014_20150309.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **Fugindo dos “males” da cidade**: os condomínios fechados na grande Salvador. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

BLAKELY, Edward. J.; SNYDER, Mary Gail. Divided we fall: gated and walled communities in the United States. In: ELLIN, Nan; BLAKELY, Edward. J. (Org.). **Architecture of fear**. New York: Princenton Architectural Press, 1997. Disponível em <<http://www.asu.edu/courses/aph294/total-readings/blakely%20--%20dividedwefall.pdf>>. Acesso em: 08 Ago. 2010.

BRICEÑO-LEON, Roberto. Violencia urbana en América Latina: um modelo sociológico de explicación. **Espacio Abierto**, Maracaibo, Venezuela, v. 16, n. 3, p. 541-574, jul./set. 2007.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 13, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/index.php/dialogospossiveis/article/view/209>>. Acesso em: 07 Jul. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Salvador**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

CERQUEIRA, Daniel et al. Defendendo mais paz, segurança e justiça na Agenda Pós-2015 da ONU. **Anuário brasileiro de segurança pública 2014**, São Paulo, n. 8, p. 124-133, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2014_20150309.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

CIDADE do medo. **Jornal da Metrópole**, Salvador, p. 10, 15 jan. 2010. P.

DAMMERT, Lucía. Santiago de Chile: segregación y cotidianidad del temor. In: NOYOLA, Juan; MATTOS, Carlos A. de; ORELLANA, Arturo. **Urbanización en tiempos de crises: impactos, desafíos y propuestas**. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2013.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

DUHAU, Emílio. Las metrópolis latinoamericanas em el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 41-68, 2001.

ELLIN, Nan. Fear in city building. **The Hedghog Review**, Charlottesville, USA, v. 5, n. 3, p. 43-61, Autumn 2003. Disponível em: <http://www.iasc-culture.org/HHR_Archives/Fear/5.3EEllin.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.

FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

MATTOS, Carlos A. de. **Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina**. Quito: Olacchi, 2010.

NETTO, Vinicius. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

PAIM, Jairnilson Silva. Condições de vida, violências e extermínio. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. (orgs.) **Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.

PEREIRA, Marluze Guimarães. **Filhos e Cidade: narrativa sobre a significação da cidade por pais que moram em condomínios fechados de alto padrão**. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - da Universidade Católica do Salvador, 2013, 159 f.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Márcio Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SILVA, Luiz Antonio Machado. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: _____. (Org.). **Vida sob cerco**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

SVAMPA, Maristella. **Los que ganaran: la vida en los countries y barrios privados**. Buenos Aires: Biblos, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal de que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VIDA sem muros: o cotidiano de quem mora em condomínios, longe do caos urbano. **Muito:** revista semanal do Grupo A Tarde. Salvador, 19 dez. 2010.

Abstract

This Article discusses the feelings concerning the fear and insecurity that have charged upon the greatest Brazilian urban centers. Through the study of case regarding to Salvador city, it-this Article – analyzes the social determinants of the contemporaneous fear, its principal characteristics and its consequences for the urban way of life. The urban fear, that affects the contemporaneous cities, is a mixture of real violence with social imaginaries, bred by several actors, as the communication ways and the fear capital – that has, in the private security and in the strengthened enclaves offer, its main products. The above-mentioned feelings proliferation have contributed to the cities urban transformation, inducing to a new spatial panorama emergencies of a new spatial panorama, marked by the urban segregation and privatization processes, sociability new forms, notably those ones that are ruled on the avoidance and prejudices strategies toward other urban subjects and the groups considered as dangerous ones and undesirable ones and also the urban question militarization, through the speeches emergency that uphold a war against the crime. Salvador city, as well as other Brazilian great centers, sees itself busy with these characteristics: fear, privatization, segregation and the circulations patterns transformation through the city and urban interactions that one – the above-mentioned transformation. In this perspective, the Article concludes the way how these tendencies oppose to the ideals concerning to the urbanity and civility that have been, traditionally, associated with the concept itself regarding to city.

Key words: Fear. Segregation. Violence. Strengthened enclaves. Public space, Salvador.